

PERSPECTIVAS, REALIDADES E PROBLEMAS DO DIAGNÓSTICO PALEONTOLÓGICO

Roesler, G. A¹; Iannuzzi, R. ¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar os passos e dificuldades encontrados ao longo de um trabalho de diagnóstico e salvamento paleontológico, bem como discutir as perspectivas do que pode ser denominado como “Paleontologia de Contrato”, uma atividade que, a exemplo do que aconteceu com a Arqueologia, está sendo cada vez mais requisitada em licenciamentos ambientais. A legislação federal considera os fósseis e seus jazigos como bens da nação e integrantes do patrimônio natural (Decreto-Lei 4.146 de 1942, Decreto nº 72.312 de 31/05/1973, Lei 7.347 de 24/07/1985, e Artigos 20, 23 e 24 da Constituição de 1988). Em particular, os artigos 20, e 24 da Constituição do Brasil de 1988 são bastante claros ao definir que há a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na defesa de nosso patrimônio natural. Entretanto, não foi até recentemente que órgãos de fiscalização começaram a exigir, como parte do processo de licenciamento ambiental, o diagnóstico e, na ocorrência de fósseis, o salvamento paleontológico. O diagnóstico se divide em três etapas: (i) o levantamento dos dados geológicos e paleontológicos da região de interesse, via literatura pertinente, mapas, cartas e imagens de satélite, sendo este talvez o passo mais importante dentro do diagnóstico; (ii) o trabalho em campo, com a confirmação dos dados geológicos obtidos por meio do levantamento bibliográfico, pois o diagnóstico paleontológico é não interventivo, tendo em vista que toda coleta de material fóssil deve ter a autorização do DNPM; (iii) a elaboração de um relatório que deve apresentar a opinião profissional do paleontólogo, com a necessidade ou não de uma fase posterior de salvamento. É importante notar que o salvamento é modelado conforme o tipo de obra a ser realizada. Obras como hidrelétricas, especialmente por seus reservatórios, tornam toda uma área inacessível a futuras coletas, fazendo o salvamento do maior número de fósseis imprescindível. Entretanto, obras como as linhas de transmissão não impossibilitam geralmente futuras coletas, tornando o trabalho de salvamento não apenas uma ferramenta de resgate do material fossilífero, mas também uma forma de ampliar nosso conhecimento sobre os jazigos fossilíferos do país. Isto se faz particularmente relevante em regiões onde as pesquisas são ainda, pela grande distância de instituições de ensino e pesquisa ou por dificuldade de acesso, muito escassas. Para finalizar, é imprescindível chamar atenção ao fato de que o salvamento paleontológico ainda está muito restrito a alguns estados e/ou a grandes obras de âmbito federal, ou mesmo, é incentivado por iniciativas pontuais advindas de órgãos ou entidades públicas que demonstram preocupação em preservar este tipo de patrimônio. Assim como em alguns estados, no Rio Grande do Sul boa parte das obras tem solicitado o diagnóstico paleontológico, em consonância com a legislação estadual que prevê a salvaguarda dos fósseis e de seus sítios. Porém, no caso da região carbonífera de Santa Catarina, onde há afloramentos fitofossilíferos importantes, como o Afloramento Bainha, em Criciúma, que apresenta o maior número de táxons de megafósseis vegetais descritos para uma única localidade na Bacia do Paraná, não é, normalmente, exigido o salvamento paleontológico.

PALAVRAS-CHAVE: PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO, BACIA CARBONÍFERA, SUL DO BRASIL.